

FICÇÃO E HISTÓRIA: RETOMADA DE ANTIGO DIÁLOGO

Marilene Weinhardt*

A leitura, portanto, ficcionaliza a História. Em contrapartida, a leitura historiciza a Ficção, na medida em que a voz narrativa situa no passado o mundo da obra.
BENEDITO NUNES, Narrativa histórica e narrativa ficcional.

O passado é uma empresa do imaginário, seja no plano da história, seja no da criação literária. Mas cada discurso preserva sua identidade. Para reconhecê-la, é indispensável refletir sobre as similitudes da narrativa histórica e da narrativa ficcional, bem como sobre as suas singularidades.

A referência à não tão recente aproximação da teoria da história com a teoria da literatura já é um truísmo, ainda que, com certa frequência, seja perceptível que nesse movimento que se presume diálogo, cada participante enuncie o que é próprio da sua área de conhecimento e não ouça de fato a voz atual do outro, limitando-se a reconstituir conceitos estereotipados que julga continuarem produtivos. Este trabalho não pretende apresentar argumentação inusitada, que possa imprimir novos rumos e oferecer caminhos ainda insuspeitados para o diálogo da narrativa histórica com a ficcional, mas visa a oferecer uma revisão

* Universidade Federal do Paraná.

bibliográfica e conceitual que permita ao leitor retomar a discussão, de forma sucinta, tal como ela se desenvolveu nas três últimas décadas do século XX.

Já houve tempo em que o ficcionista pode ter invejado o historiador ou, pelo menos eventualmente, tenha se sentido inferiorizado por não dispor dos mesmos recursos, isto é, da intimidade com os documentos, para alcançar o que se supunha ser o acesso à Verdade, uma entidade com existência própria. A crença na transparência da referencialidade histórica e na neutralidade do discurso dito científico era incontestável, desprezando-se ou fingindo-se ignorar as sombras que turvavam essa translucidez. O trabalho do ficcionista também pode ter sido objeto do desejo da parte do historiador, por seu aparente descompromisso, sua liberdade com o mundo que cria. Já os estudiosos da literatura tentaram erigir um instrumental que lhes permitisse operar com a objetividade que viam no estudo da história, da antropologia, das ciências sociais.

No início dos anos 90, um historiador da cultura confessa sem reboços: “Um dos objetivos do presente livro é mostrar de que modo uma nova geração de historiadores da cultura usa técnicas e abordagens literárias para desenvolver novos materiais e métodos de análise.”¹ Duas décadas antes, Hayden White, um dos nomes mais citados quando se comenta o papel do historiador e do ficcionista, figurando entre os principais desencadeadores desse debate, posiciona-se radicalmente, restringindo as diferenças ao conteúdo e anulando a distinção formal entre a narrativa histórica e a ficcional. Ensina que a primeira se constrói sobre fatos reais, a segunda sobre fatos imaginários, mas as duas são construções verbais.² Quanto ao caráter de ambas enquanto construções verbais, não há o que questionar. Mas, no caso da ficção de caráter histórico, ou seja, do chamado romance histórico, conceito já discutido em outro momento,³ também a distinção de conteúdo desaparece, a ponto de muitas vezes o leitor menos compromissado com catalogações hesitar, se lhe exigem uma resposta imediata, à pergunta sobre o que está lendo: ficção ou história?

* * *

1 HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 19.

2 Hayden White vem elaborando sua teoria desde *Metahistory: the historical imagination in Nineteenth-Century Europe* (Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1973. Trad. brasileira: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992). Uma súmula sobre aspecto de sua teoria relevante para esta abordagem encontra-se no artigo “History and theory”, publicado originalmente em 1984 e traduzido na *Revista de História* (Campinas, n. 2/3, p. 47-89, primavera 1991).

3 WEINHARDT, M. Considerações sobre o romance histórico. *Letras*, Curitiba, n. 43, p. 49-59, 1994.

Uma vasta produção teórica, sobretudo anglo-americana e francesa, buscou estabelecer limites e paralelos entre as atividades do historiador e a do literato, este compreendendo o ficcionista, o teórico e o crítico. Luís Costa Lima entende que, se para os representantes da Nova História “o avanço da reflexão e das técnicas operacionais da escrita da história ainda se podia cumprir pela oposição a um positivismo já genericamente desacreditado, no caso inglês e norte-americano era o próprio postulado da cientificidade que precisava ser enfrentado.”⁴

Com diferenças mais ou menos sensíveis de concepção e de método para quem vê de fora, isto é, para quem não é historiador, certos pontos das teorias históricas mais recentes são perceptíveis como recorrentes: os textos dos teóricos da história, que contam com algumas contribuições de outros campos, sobretudo da filosofia, demonstram o caráter dúplice da história, arte e ciência. Não se refuta a evidência de que a troca de experiências entre as humanidades é enriquecedora, em vista da interação entre seus objetos. O construto verbal é reconhecido como simulacro que não se confunde com o fato. Discorda-se é sobre o modo como se dá a relação do discurso lingüístico com o mundo representado.

Os estudiosos da literatura, sobretudo nos momentos iniciais dessa nova postura da teoria histórica, ainda que abundantemente citados, não participaram do diálogo de forma atuante. Talvez tenham experimentando certo espanto, ao verem seu trabalho guindado à posição de paradigma, quando freqüentemente buscavam arcabouço teórico fora de suas fronteiras. De outro lado, mas possivelmente pela mesma causa, há o risco de atitudes de deslumbamento, buscando na história soluções para questões que são essencialmente estéticas.

Não se pode esquecer os paralelos pioneiros entre o discurso histórico e ficcional de dois estudiosos cujos nomes estão ligados a muitos dos direcionamentos tomados pela teoria da literatura a partir do meados do século XX: Northrop Frye e Roland Barthes. O primeiro publicou um ensaio, já no início da década de 60, em que define o escritor de criação como meta-historiador, cujo trabalho é dedutivo, impondo uma forma a seu objeto, em função da qual o escolhe, enquanto o método do historiador é indutivo, a forma sucedendo a pesquisa. Frye aprofunda o paralelo nessa linha de argumentação, insistindo nas limitações da criação verbal do historiador, por oposição à liberdade do processo de criação do poeta, aquele que cria com a palavra. Sua análise não se detém na distinção de orientação dos diversos métodos e abordagens históricas, seu interesse está centrado na diferenciação entre a imitação realizada pelos

4 LIMA, L. C. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 42.

dois discursos, visando particularmente o modo como o mítico se atualiza na literatura.⁵

Roland Barthes, em texto datado de 1967 – portanto anterior à difusão do ressurgimento da história narrativa – objetivando justamente comentar o desaparecimento da história narrativa herdada do século XIX, para caracterizar o discurso histórico mobiliza seu repertório de lingüista e de teórico da literatura. Aos que resistiam à aproximação do histórico com o imaginário, argumentava:

... por sua própria estrutura e sem que haja necessidade de fazer apelo à substância do conteúdo, o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou, para ser mais preciso, imaginário, se é verdade que o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante do discurso (entidade puramente lingüística) ‘preenche’ o sujeito da enunciação (entidade puramente psicológica).

Alguns períodos depois, ainda no mesmo parágrafo, sintetiza sua visão sobre o discurso histórico:

Chega-se assim ao paradoxo que pauta toda a pertinência do discurso histórico (com relação a outros tipos de discurso): o fato nunca tem mais do que existência lingüística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se sua existência não fosse senão a cópia pura e simples de outra existência, situada num campo extra-estrutural, o ‘real’. Esse discurso é, sem dúvida, o único em que o referente é visado como exterior ao discurso, sem que nunca seja, entretanto, possível atingi-lo de fora do discurso.⁶

5 FRYE, N. New directions form old. In: _____. *Fables of identity*. New York: A. Harbinger Book, 1963. p. 52-66.

6 BARTHES, R. O discurso da história. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 155.

Uma leitura mais acurada desses dois autores, da parte dos historiadores e dos estudiosos da literatura, teria feito com que o diálogo se adiantasse mais rápida e proveitosamente.

Nesse trânsito, a literatura teve mais a oferecer à teoria da história do que a buscar nela. Entretanto, os estudos literários também receberam impulsos e avançaram. Convocados a dar seu testemunho sobre o estatuto e os modos de representação do real, tema que ocupa a teoria da literatura desde antes de seu reconhecimento como um corpo teórico definido e estabelecido, os estudiosos da literatura viram a oportunidade de examiná-lo e debatê-lo sob novas luzes, com interlocutores que não estavam submetidos aos mesmos condicionamentos. Não mais limitada a seus pares tradicionais, como a filologia, a filosofia e a sociologia, enquanto criação, tendo deixado para trás o estágio em que era ousadia borrar os limites entre manifestações artísticas diferentes e, enquanto crítica, tendo superado a busca de modelos, os estudos literários passaram a participar de um diálogo plural, com o cruzamento de vozes que vêm sobretudo, mas não exclusivamente, da história.

Esta, por sua vez, afastou-se dos ideais de ciência dura e reorientou-se para veio tão aberto que se permitiu denominações sugestivas como História do Cotidiano, História das Mentalidades, História das Sensibilidades, ficando em segundo plano as tradicionais história política, econômica e demográfica. Firmou-se a expressão “crítica cultural” para definir a atividade do estudioso que busca seu instrumental em campo amplo e variado, superando o enrijecimento de conceitos, de formas e de manifestações que caracterizou os estudos humanísticos de meados do século XX. Não se trata de novo rótulo para o antigo humanista, que há algumas décadas se quis cientista, mas de nova postura diante do saber, atitude de recusa ao fragmentário, sem desprezar a especialização, que não é estanque, fechada sobre si mesma, e sim interessada em apreender a essencialidade humana e o sentido da contemporaneidade.⁷ Nessa busca não há interdições.

* * *

Os estudos literários no Brasil, quando se ocupam das relações entre literatura e história, parecem obedecer, com poucas exceções, a uma orientação pragmática, com relevância para a análise textual. Pode-se concluir que continuamos acei-

7 Ao último capítulo de *Uma teoria da história* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993), Agnes Heller intitula “Algumas notas sobre o sentido da existência humana”. p. 389.

tando nossa condição de colonizados, consumidores das ofertas culturais dos centros produtores do saber. Mas a questão pode ser vista sob outro prisma. Pode residir nessa vereda uma das saídas para a nossa busca identitária. Daí as frias questões teóricas, tão a gosto das culturas estabilizadas, encontrarem aqui o calor da prática. Talvez enquanto os outros busquem construções epistemológicas, nós nos empenhemos em descobrir um fugidio passado que nos explique e justifique. Na busca da impossível descoberta, do resgate interdito, o passado é moldado, ainda que também, e sempre, provisoriamente. Tzvetan Todorov diz que o europeu encontrou o eu na descoberta e no reconhecimento do outro, ou seja, do habitante da América.⁸ O nosso outro talvez seja o antepassado. É preciso encontrá-lo, ainda que ficcionalmente. Enquanto, no caso europeu do tempo das descobertas, a busca apresentava um caráter espacial, a nossa pode agora ser temporal.

É possível que a fragilidade da cultura brasileira na variante erudita, decorrente da carência de reflexão teórica mais constante, refinada, faça com que aqui o diálogo encontre menor resistência. Daí a possibilidade da interação entre historiadores e estudiosos da literatura se dar mais à vontade, traço que pode se estender à produção hispano-americana. Nas últimas décadas do século realizaram-se simpósios sobre essa relação, dando origem a publicações que ampliaram o debate, além de se dedicarem ao tema números monográficos de periódicos regulares, e de conferências e comunicações em congressos institucionalizados apresentarem expressiva presença de sessões sobre a questão.

A leitura dos teóricos da história – seja dos que condenaram a *histoire événementielle*, fundaram e, tempos depois, imprimiram outros rumos à História Nova, na direção da antropologia, seja dos que propuseram ou dos que questionaram o ressurgimento da história narrativa – é útil ao estudioso da literatura, particularmente ao interessado na ficção histórica, sobretudo para dar forma a inquietações que não encontraram abrigo nos conceitos científicos de história, como também não foram vistas com bons olhos pelas concepções rigidamente formalistas da literatura. Não se trata de propor a ficção como sucedâneo ou como concorrente da história, mas sim de observar de que forma e em que medida a convergência dos estudos históricos e literários pode contribuir para revelar e desvelar mecanismos da criação artística.

Lawrence Stone, em texto datado de 1979, rastreia os momentos e movimentos dos estudos históricos, destacando as diferentes metodologias da abor-

8 TODOROV, T. *A conquista da América*. A questão do outro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

dagem científica e centrando atenção nas causas do ressurgimento da narrativa na prática do historiador. Identifica o auxílio da antropologia e situa a *Mentalité* entre os estudos históricos, entendendo esse movimento como uma busca do indivíduo. Observa que um “número cada vez maior de ‘novos historiadores’ tentava então descobrir o que se passava na cabeça das pessoas do passado, e como era viver naqueles tempos, questões estas que reconduzem inevitavelmente ao usos da narrativa.”⁹ Tornar-se acessível a um público inteligente, “mas não especialista” é outra das razões que aponta para a volta da narrativa. O mesmo raciocínio talvez se pudesse aplicar à ficção. O público de best-sellers, no pior sentido da expressão – o de barateamento da criação literária – é significativo, em termos de mercado brasileiro, a julgar pelas tiragens, sobretudo de traduções. Por que não conquistá-lo? É nesse rumo a proposta de José Paulo Paes, que atribui, em parte, aos rigores da crítica, aparelhada exclusivamente para a avaliação da literatura erudita, a inexistência de uma literatura de entretenimento no Brasil, que exigiria análise “pelo prisma da sociologia do gosto e do consumo.”¹⁰ Mais de uma década decorrida, a despeito de alguns fenômenos editoriais, da divulgação da estética da recepção e da circulação de periódicos culturais que buscam seu público além dos muros acadêmicos, a literatura de entretenimento continua sem espaço significativo na crítica séria. Resta discutir se tal produção teria a ganhar com esse espaço, se justamente a marcação de território não funciona como marketing mais eficaz do que a voz do crítico. Mas esse é tema para outro momento, voltemos a L. Stone, que formula pergunta pertinente aos interesses desta reflexão: como formar então novos historiadores? O encaminhamento da discussão, não empreendida no ensaio em foco, pode deslocar falsamente o centro da atenção e dar a entender que não há mais necessidade de historiadores com formação específica porque os ficcionistas cumpririam esse papel, conclusão totalmente desvirtuada e que pode ser empregada maliciosamente por detratores da história narrativa. Aqui não interessam as filigranas do debate entre os diversos modos de se conceber a história como ciência e nem a variedade de reações ocorridas, mas o fato de ocorrerem.

Vale lembrar ainda que a expressão “ressurgimento da história narrativa” e a análise do discurso de historiadores do século XIX, buscando apreender seus mecanismos de sedução e de convencimento, recurso usado pelos

9 STONE, L. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha história. *Revista de História*, Campinas, n. 2/3, p. 13-25, primavera 1991.

10 PAES, J. P. Por uma literatura brasileira de entretenimento (ou: O mordomo não é o único culpado). In: _____. *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 35.

formuladores e difusores dessa proposta, não podem ser ingenuamente entendidas como um simples retorno a concepções passadas, anatematizando indiscriminadamente todos os esforços metodológicos que intentaram dar aparato e estatuto científicos aos estudos históricos. Muitos dos promotores desse movimento procuram soluções para o afastamento do ser humano a que seus métodos conduziram, encaminhando-se para o que se pode designar genericamente como Nova História Cultural. Luiz Costa Lima conclui que o surgimento das teses narrativistas é uma reação negativa:

...em sua ambiência original, as teses narrativistas não eram guiadas pelo propósito de recuperar uma prática anterior da escrita da história. E isso porque seu confronto se dava não com a diversidade de propostas historiográficas senão que com o próprio padrão comum a essas distintas propostas. (...) em um ambiente acadêmico saturado de modelos de cientificidade, como era o dos departamentos norte-americanos de ciências sociais, nas décadas de 60 e 70, o desafio lançado aos pensadores da história era o da adequação de sua disciplina à exigência científica. (...) a tematização contemporânea da narratividade, em vez de representar um revival, é uma resposta negativa, muitas vezes embaraçada, à demanda de uma história de fato científica.¹¹ (grifos do autor)

Em *O Estilo na História*, Peter Gay busca comprovar o caráter dual da história, igualmente arte e ciência. Para ele, “a história é uma arte durante boa parte do tempo, e uma arte por ser um ramo da literatura.”¹² Seu discurso, marcado por oposições como papel da história X papel da literatura, mentira X verdade, trai noções de hierarquização, o que se depreende de afirmações como: “Vezes há, naturalmente, em que a ficção tomou algumas das responsabilidades da história.”¹³ Ou ainda: “Por mais que possamos apreciar as histórias de ficção pelas verdades que revelam, apreciamo-las ainda mais pelas mentiras que nos contam.”¹⁴ O raciocínio usado para reafirmar o caráter científico da história denuncia sua fragilidade no conjunto das ciências e aponta sua proximidade com

11 LIMA, 1989, op. cit., p. 43.

12 GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 168.

13 Ibid., p. 173.

14 Ibid., p. 175.

a arte: "...ao contrário do cientista natural, o cientista do passado humano é feito da mesma matéria de seus objetos."¹⁵ Também o ficcionista "é feito da mesma matéria de seus objetos", isto é, as personagens e sua instância temporal, embora nem por isso faça ciência.

Para Paul Veyne essa dualidade não existe. Em *Como se escreve a história* ele nega a existência da História, com maiúscula, uma vez que só se tem acesso à 'história de'. Ou seja, é impossível apreender a totalidade, logo não se pode pretender descrevê-la. O acontecimento não tem existência em si, mas é produzido pelo cruzamento de alguns dos muitos itinerários possíveis. O historiador escolhe livremente o ou os itinerários, uma vez que são igualmente legítimos. Eis uma teoria sobre a qual, há algumas décadas, apressadamente poder-se-ia pensar que se digitou historiador por escritor de ficção. Paul Veyne percebe o parentesco, tanto que afirma ser a crítica literária o termo de comparação para a teoria da história. Por mais que se disponha de documentação, explica Veyne, o trabalho do historiador está sujeito à causalidade e à retrodição. Este último termo, emprestado da teoria das probabilidades, designa uma operação de preenchimento, que se realiza por hipóteses. Quanto à causalidade, "os acontecimentos têm causas, as causas nem sempre tem consequências, por fim as oportunidades de acontecer que têm os diversos acontecimentos são desiguais."¹⁶ Daí o historiador não ter acesso jamais ao concreto, mas apenas a uma mínima parte dele. Para Veyne, o interesse de um livro de história não reside nas "teorias, idéias e concepções da história" que possam orientá-lo, mas na capacidade de tornar o passado "nem mais nem menos misterioso do que o momento em que nós vivemos."¹⁷ Então conclui que a escrita da história é obra de arte, embora objetiva, mas sem método e sem caráter científico, tanto que seu valor se revela pelos mesmos recursos da análise literária. O estudioso acentua a importância da cultura e da inteligência do historiador, apontando os perigos da improvisação, observação que se pode estender ao ficcionista. A compreensão do que seja literatura demonstrada por Veyne não é ingênua. Talvez aí resida o diferencial em relação à visão histórica tradicional. Os historiadores passaram a ver a literatura, se não do mesmo modo, pelo menos mais próximo de como a vêem seus estudiosos. A criação literária não é uma forma de escapismo, não é um ludismo inconsequente.

A pedra angular da teoria da história narrativa é a busca de procedimentos metodológicos no trabalho do teórico e do crítico da literatura, não quando

15 GAY, op. cit., p. 194.

16 VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, [1987?]. p. 171.

17 Ibid., p. 256.

estes estabelecem relações com outras artes e com outros campos do saber, mas quando desmontam seu objeto, isto é, o discurso verbal. Aos historiadores interessa aprender a desconfiar do signo verbal enquanto representação da realidade, a perceber as construções lingüísticas como simulacro e instrumento de cooptação. Eles descobriram o poder de insídia e sortilégio da linguagem. Não se recusam a participar do jogo, mas querem decodificar suas regras.

Sem a aproximação da teoria histórica da teoria e da crítica literárias, ocorrida nos últimos decênios do século XX, o teor de uma reflexão sobre as relações da literatura com a história seria de tópicos como realismo, verismo, verossimilhança... O esforço dos historiadores para apreender os mecanismos das construções verbais liberou-nos da solidão de discutir unilateralmente os problemas da representação, discussão que, ainda sem as contribuições da crise da noção de originalidade como valor primeiro, raramente fugia do círculo vicioso em torno de conjecturas sobre a abrangência e limites das concepções aristotélicas de mimese. Um dos rumos mais férteis do deslocamento da questão é a atenção ao papel do imaginário.

Entre nós, quem pensou mais detidamente sobre as relações do relato com o real e sobre as funções do imaginário foi Luiz Costa Lima, no conjunto de ensaios que define como “trilogia do imaginário”, publicada ao longo da década de 80.¹⁸ O ensaísta acredita que a criação literária ocidental se processa sob o veto ao ficcional. Não interessa aqui abordar as razões que aponta como causas, mas o encaminhamento da continuidade de suas reflexões. No título seguinte que publica, o já citado *A Aguarrás do Tempo* (1989), traz longo capítulo estabelecendo paralelo entre a narrativa histórica e a ficcional. Na seqüência, em uma coletânea de ensaios, inclui um texto que apresenta como adendo a este. Usando como mote uma passagem de Platão, o ensaísta enfatiza a distância entre a realidade e a palavra, mas não as apresenta como inconciliáveis: “...a palavra *justa* é a que se adequa ao que *já antes dela* é a realidade. A realidade, por conseguinte, diz o que é, enquanto a palavra declara e deste modo torna comunicável.”¹⁹ (grifos do autor). Mais adiante, mostra que na narrativa o eixo não se restringe ao simplismo do binômio realidade/expressão: “Sendo um dos meios de formulação da realidade, por conseguinte de constituição do objeto real, a narrativa se peculiariza por sua relação com o tempo.”²⁰ Quer dizer, aí intervém

18 Os títulos são *O controle do imaginário* (São Paulo: Brasiliense, 1984), *Sociedade e discurso ficcional* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1986) e *O fingidor e o censor* (Rio de Janeiro: Forense, 1987).

19 LIMA, L. C. A questão da narrativa. In: _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991. p. 140.

20 Ibid., p. 143.

um terceiro elemento, que não é acessório ou casual, mas fundamental: a tematização do tempo. Ainda que o texto de Costa Lima esteja centrado na questão do ficcional, não traímos sua proposta, aliás já expressa no ensaio anterior, ao concluir que a tematização do tempo é também o traço essencial da narrativa histórica. O último parágrafo aponta para o mesmo caminho, lembrando a proximidade de origem e de configuração do romance e da história:

...é interessante notar que o desenvolvimento do romance se dá *pari passu* com o desenvolvimento da escrita da história. História e romance são formas discursivas firmadas sobre o mesmo veículo: a prosa narrativa. Daí mesmo a dificuldade de perceber-se e aceitar-se sua inscrição em campos discursivos diversos, sujeitos a exigências distintas, em vez da tendência mais frequente de subordinar uma à outra. (Historicamente, essa tendência sempre se fez no sentido de subordinar o romance à verdade da história.)²¹

O que a teoria da história fez, nas últimas décadas, foi não apenas reverter o vetor descrito no período parentético, mas também reconhecer e sublinhar a inexistência de qualquer limitação de ordem intrínseca entre esses dois campos discursivos.

Paul Ricoeur, um dos pensadores mais insistentemente citados pelos que, partindo de uma margem ou de outra, estudam os pontos de contato entre literatura e história, enfatiza a reciprocidade entre narratividade e temporalidade.²² Nas suas pegadas inscreve-se Benedito Nunes, que ainda no calor do lançamento de *Temps e récit* (1983-1985. A tradução só viria a ser publicada cerca de um decênio mais tarde), encareceu a importância do tempo para o acontecimento e para o relato, bem como o significado de sua mediação, em conferência proferida em um dos eventos pioneiros dedicados ao tema no Brasil. Refiro-me ao colóquio “Narrativa: ficção e história”, realizado em 1987, no Rio de Janeiro. Posteriormente ocorreu a publicação em livro.²³ O ensaísta brasileiro afirma que o conceito de representação é uma falácia para ambas as narrativas, pois é

21 LIMA, 1991, op. cit., p. 148.

22 Refiro-me especialmente a *Tempo e narrativa* (Campinas: Papirus, 1994-1997. 3 v.)

23 NUNES, B. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: CORTES RIEDEL, D. *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.

impossível reconstruir o que já não existe. Por mais documentos de que disponha, é preciso recorrer à imaginação para estabelecer nexos entre eles de modo a recriar os fatos, ou melhor, criá-los, visto que a recriação é uma impossibilidade. Daí preferir denominar figuração o que se costumava entender como representação ou até mesmo como reconstrução. O ato da leitura é a reconfiguração. Sem fundir nem confundir as duas espécies narrativas, Benedito Nunes, subcrevendo Ricoeur, subordina-as à temporalidade, dado essencial de todo empirismo, identificando-as como similares enquanto formas simbólicas do pensamento.

O raciocínio de Costa Lima não está muito distante, quer quando se refere à tematização do tempo, citada alguns parágrafos atrás, quer quando afirma que a representação do historiador é um trabalho de organização e interpretação, enquanto o ficcionista cria “uma representação desestabilizadora do mundo (...), uma representação desestabilizante das representações.”²⁴

É tempo de retornar aos historiadores. Carlo Guinsburg, autor de *O Queijo e os vermes*, obra que autoriza considerá-lo nome insuspeito quanto à permeabilidade dos dois discursos, manifesta-se a respeito da fusão: “A fronteira entre a ficção e os discursos históricos torna-se cada vez mais turva. Mas não faltaram objeções intelectuais bem como morais contra essa atitude neocéptica. Quanto a mim, ela não inspira nenhuma simpatia...”²⁵ Guinsburg realiza longa incursão em textos clássicos, demonstrando sólida erudição, para provar que o dominante no conhecimento histórico é a parcialidade, o lacunar, a fragmentação, características que “a ajuda da virtuosidade literária”²⁶ não tem o poder de anular. Ou seja, o mapeamento da proximidade dessas duas formas de representação – chamemo-las assim, obedecendo a antigo condicionamento, perdoemos Ricoeur – não é ainda uma unanimidade.

Questionamento lúcido é apresentado por Walter Mignolo, no texto intitulado “Lógica das Diferenças e Política das Semelhanças”, publicado nos anais de um simpósio promovido pelo Centro Ángel Rama.²⁷ O estudioso parte da etimologia e do resgate da tradição clássica, enveredando depois para exame de culturas não portadoras da herança ocidental, no intuito de demonstrar que história e literatura não são categorias universais, como parecem pressupor

24 LIMA, 1989, op. cit., p. 102.

25 GUINSBURG, C. Apontar e citar. A verdade da história. *Revista de História*, Campinas, n. 2/3, p. 91-106, primavera 1991. p. 92.

26 Ibid., p. 106.

27 MIGNOLO, W. Lógica das diferenças e política das semelhanças. In: CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p.115-135.

muitas abordagens. A partir de exemplos que relacionam de outro modo os conteúdos aos quais a nossa cultura empresta tais designações, prova ser necessário estabelecer uma metodologia mais abrangente e concomitantemente mais cautelosa, que reconheça a distinção como um modo localizado de resolver questões genéricas das comunidades humanas.

Mignolo realiza rigoroso exame de procedimentos habituais que a comunidade historiográfica e a literária têm como assentes, caracterizando o que denomina “convenção de veracidade” e “convenção de ficcionalidade”. Frisa que, embora frequentemente empregados como termos equivalentes, literatura e ficção não são sinônimos. O discurso, conforme as normas literárias, pode enquadrar-se na convenção de ficcionalidade, ainda que esta não seja sua condição indispensável. Já no discurso histórico a submissão à convenção de veracidade é indispensável. As práticas linguísticas historiográficas e as ficcionais são portadoras de marcos discursivos que as inscrevem nesta ou naquela convenção. Os produtores de tais discursos podem proceder no sentido de eliminar ou de reforçar esses marcos. Cabe ao analista detectar esses movimentos e levantar hipóteses sobre as razões que os geram.

Concluído o exame da “lógica das diferenças”, passa-se à “política das semelhanças”. Para resumi-la, recorro diretamente às conclusões apresentadas no texto.

- 1- Nas teorias de H. White, a política da semelhança entre a literatura, a ficção e a história obedece a um projeto de oposição às normas historiográficas que tratam de impor uma visão desta ciência como ‘dura’, semelhante às ciências naturais, tais como as apresenta a filosofia da ciência à Hempel.
- 2- No caso dos discursos-testemunho (...), a semelhança entre a literatura e a história provém de uma oposição às formas literárias ‘cultas’ (quer dizer, a sobrevivência de formas discursivas impostas através do processo de colonização) e da necessidade de dar voz aos que a colonização (por meio da educação e controle dos meios de difusão) reduziu a silêncio.
- 3- No caso do romance contemporâneo, a imitação do discurso historiográfico e antropológico provém de uma oposição aos discursos antropológicos e historiográficos que criaram uma imagem da história ou de comunidades marginalizadas que o romanista procura corrigir ou, pelo menos, enfrentar.²⁸

As conclusões de Costa Lima não divergem, na essência, das de Walter Mignolo, ainda que não sigam o mesmo ordenamento de raciocínio, não se orientem pela mesma lógica e empreguem argumentação diversa. O discurso histórico e o ficcional são próximos, mas não se confundem. Quando um permeia o outro, perde sua identidade originária para assumir o estatuto do outro. A diferença de atuação do narrador entre um e outro permite ao narrador de ficção uma liberdade que desnuda e denuncia a própria ficcionalidade. A verossimilhança da ficção não é a mesma da história. Para esta, é verossímil o que se constrói como verdade, enquanto para aquela basta que pareça verdadeiro. O ponto axial da questão gira então em torno da aceitação de verdade. Vale mais uma transcrição de Costa Lima:

...a verdade (...) não deve ser considerada o eixo único de todos os discursos. O discurso ficcional, ao mudar a forma de relação com o mundo, também muda sua relação com a verdade. Ele a fantasmagoriza, faz o verossímil perder seu caráter subalterno e assumir o direito de constituir seu próprio eixo. (...) os vários discursos não se orientam por um mesmo centro. O valor social do discurso ficcional não parece estar tanto no questionamento que ofereça dos discursos de verdade mas em não ter condições internas, no próprio tipo de verossímil que atualiza, de se tornar verdade.²⁹

* * *

A necessidade e a importância de examinar os pontos de identidade e de distinção entre as duas formas discursivas vêm preocupando estudiosos da história e da literatura, como se procurou mostrar neste rastreamento. Já se superou o momento dos extremismos que caracterizam toda nova proposta, momento em que se opõe condenação indiscriminada e um tom messiânico de única salvação possível. As ousadias de Hayden White, para lembrar um dos mais conhecidos e radicais formuladores de propostas de indiferenciação, já não são alvo apenas de genéricas críticas irritadas ou da condenação indifere-

29 LIMA, 1989, op. cit., p. 105-106.

te de quem as considera absurdas. Superou-se a fase em que conviveram a resistência convencional ao novo e o deslumbramento acrítico.

Superado o momento de relações de hegemonia e vassalagem entre as áreas do conhecimento humanístico, anulando-se espaços hieráticos, os filtros culturais sendo identificados como tais, questionando-se as cristalizações, qualquer procedimento que frature o discurso político-ideológico dominante, um viés que não endosse a visão institucionalizada, é instrumento de transformação. Mas a realização estética independe de opções ideológicas do autor, embora o mesmo não se possa dizer da opinião unilateral, da crença na verdade absoluta, das generalizações esquematizadoras, da ilusão quanto à transparência do discurso. Só pelo refinamento de estratégias discursivas chega-se a arranjos perturbadores, com poder de sedução capaz de criar um sentido.

A ficção histórica, diante dessa abertura da história e dos novos modos de realização do romance, encontra-se frente a outros desafios para produzir a desestabilização esperada da arte.

RESUMO

Neste trabalho reconstitui-se o percurso da discussão sobre semelhanças e diferenças entre os discursos histórico e ficcional durante as três últimas décadas do século XX, período decisivo da questão, com o objetivo de refinar estratégias de análise das obras de ficção histórica.

Palavra-chave: ficção e história, ficção histórica.

RÉSUMÉ

Ce travail reconstitue le parcours de la discussion sur les analogies et les différences du récit fictionnel et du récit historique pendant les années 70, 80 e 90 du 20^{ème} Siècle, l'époque décisive de cette question, en essayant de remarquer quelques instruments pour l'analyse des œuvres de fiction historique.

Mots-clef: fiction et histoire, fiction historique.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. W. *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993.
- FRYE, N. *Fables of identity*. New York: A Harbinger Book, 1963.
- GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HELLER, A. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LIMA, L. C. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- _____. *O controle do imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- PAES, J. P. *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- REVISTA DE HISTÓRIA. Campinas, n. 2/3, primavera 1991.
- REVISTA LETRAS. Curitiba: Editora da UFPR, n. 43, 1994.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994-1997. 3 v.
- RIEDEL, D. C. *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, [1987?].
- WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.